

EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS MULHERES NO ENCONTRO COM UMA COMUNIDADE INDÍGENA DE OUTRAS ETNIAS

ANA PAULA DE SOUZA¹; ANA PAULA FERREIRA PRATA²; GISELE VIANA ARANTES³; LIAMARA DENISE UBESSI⁴

¹Universidade Federal do Pampa – anapds2.aluno@unipampa.edu.br

²Universidade Federal do Pampa – anaprata.aluno@unipampa.edu.br

³Universidade Federal do Pampa – giselearantes.aluno@unipampa.edu.br

⁴Universidade Federal do Pampa – liamaraubessi@unipampa.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Os povos indígenas no Brasil enfrentam desafios significativos em relação ao acesso aos serviços de saúde, especialmente devido a uma combinação de fatores sociais, culturais, psicológicos e históricos. Entre esses desafios, destacam-se a falta de acolhimento cultural adequado nos sistemas de saúde convencionais e a escassez de profissionais de saúde nas terras indígenas, particularmente em áreas remotas e de fronteira. Esse contexto contribui para a perpetuação de iniquidades em saúde entre as comunidades indígenas (PEREIRA et al., 2018). Compreender os itinerários de cuidado que os povos indígenas seguem em busca de atendimento é essencial para superar essas barreiras e promover um diálogo entre o saber biomédico ocidental e o conhecimento tradicional indígena (LANGDON; GARNER, 2010). Nesse cenário, estudantes indígenas mulheres iniciaram um movimento em Uruguaiana, cidade que abriga as etnias Charrua e Guaraní, com o objetivo de investigar os itinerários de cuidado dessas populações e construir uma pesquisa compartilhada e inclusiva.

2. METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um relato de experiência, com abordagem reflexiva e crítica, realizado por estudantes indígenas mulheres da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). O relato abrange uma experiência vivenciada em agosto de 2024, durante um encontro com indígenas urbanos que se identificam como descendentes das etnias Charrua e Guaraní. Durante esse encontro, estiveram presentes discentes indígenas das etnias Tukano e Macuxi, além de militantes sociais e pesquisadores que estudam a história dos povos tradicionais. O encontro ocorreu para fins de dar sequência, de forma colaborativa, em pesquisa sobre itinerários de saúde da população indígena urbanizada, onde a comunidade indígena não é tratada como objeto de estudo, mas como protagonistas, em um processo de construção coletiva e participativa de conhecimento (BRITO; MENDONÇA, 2022).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 18 de agosto de 2024 tivemos uma reunião para conhecer e ouvir os parentes indígenas Charruas da comunidade, apresentar a ideia da construção de

um projeto de pesquisa que evidenciasse os itinerários para a garantia do direito à saúde, bem como as práticas de cuidado utilizadas pela comunidade. Foi o encontro das etnias Macuxi, Tukano, Charrua e Guaraní e com a presença de quatro pessoas não indígenas, mas do movimento popular que se soma nesta caminhada e luta indígena.

Durante o encontro, os participantes discutiram as dificuldades de acesso à assistência social e a falta de cestas básicas, essenciais para a subsistência de mais de 250 famílias indígenas da região, que para a busca de direitos, muitas vezes enfrentam uma "via sacra" burocrática, sendo transferidos de um serviço de assistência social a outro, com pouca resolução de problemas.

A alimentação, um direito humano fundamental garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), é uma das principais preocupações dessas comunidades, que vivem em situação de insegurança alimentar. A participação ativa da UNIPAMPA e de suas estudantes indígenas nesse movimento tem sido essencial para dar visibilidade a essas questões. A universidade, ao apoiar essas iniciativas, contribui para o fortalecimento da luta pelos direitos indígenas e para a reafirmação de sua identidade e territorialidade. Como resultado concreto, o contato com o Comitê de Equidades do município possibilitou a obtenção de cestas básicas de alimentação para algumas famílias, embora essa seja uma solução paliativa.

A experiência relatada evidencia que os problemas enfrentados pelas comunidades indígenas de Uruguaiana não são isolados, mas refletem uma realidade mais ampla enfrentada pelos povos indígenas em várias regiões do Brasil. A invisibilidade dessas comunidades e a violação de seus direitos constitucionais (BRASIL, 1988) não se limitam à assistência social, mas também se estendem ao campo da saúde. É comum que profissionais de saúde resistam ao reconhecimento e à valorização da medicina tradicional indígena, como o uso de chás de ervas e alimentos naturais, quando conciliar com a medicina convencional é necessário (LANGDON; GARNER, 2010). O relato evidencia a importância de iniciativas que promovam o diálogo intercultural na área da saúde e o fortalecimento das políticas públicas voltadas para as populações indígenas (PEREIRA et al., 2018).

Somado com aspectos culturais adquiridos, que muitos dos indígenas não se autodeclararam como indígenas como forma de autopreservação, e que isso resulta na invisibilidade dos povos tradicionais da região Fronteira Oeste, como os Charrua e Guaranis e outros remanescentes que vivem nessa região, a reunião se encerra assim.

Os participantes indígenas endossam a necessidade de construir esta pesquisa, pois entendem que é uma forma de visibilizar suas existências, a cultura e incitar a melhoria de suas condições de vida e acesso de forma equitativa aos sistemas de proteção social, como o é a saúde, a assistência social e outros.

Na condição de estudantes indígenas, uma Macuxi e uma Tukano, mulheres, que recentemente tem ações afirmativas que reparam minimamente o acesso a universidade pública, nos vimos em compromisso com os parentes para na relação com seus direitos, bem como a retomada da identidade, pois significa avanço para os povos originários.

4. CONCLUSÕES

Diante do exposto, é imprescindível que estudantes indígenas de diferentes etnias se unam em torno de um objetivo comum: superar as barreiras de acesso à saúde e à assistência social, combatendo a invisibilidade e a exclusão das comunidades indígenas no Brasil. As experiências vivenciadas em Uruguaiana apontam para a necessidade urgente de avanços nas políticas públicas de saúde e na promoção dos direitos fundamentais dessa população. A luta pela alimentação adequada e pela valorização dos saberes tradicionais deve continuar sendo uma prioridade e estudos que evidenciem isso, podem contribuir para o bem-estar das comunidades indígenas e a preservação de sua cultura.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRITO, A. P. S. A.; MENDONÇA, M. C. S. A resistência indígena frente à saúde pública: saberes e práticas tradicionais. Revista Katálisis, v. 25, n. 1, p. 60-69, 2022.

LANGDON, E. J., GARNER, D. Medicina tradicional indígena: uma interface entre cultura e saúde pública. Revista de Saúde Pública, 44(1), 2010.

PEREIRA, L. G. S. et al. Itinerários terapêuticos e interculturalidade em comunidades indígenas no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 9, 2018.